

## MICHEL PÊCHEUX E A TEORIA DA ANÁLISE DE DISCURSO: DESDOBRAMENTOS IMPORTANTES PARA A COMPREENSÃO DE UMA TIPOLOGIA DISCURSIVA

### MICHEL PÊCHEUX AND THE THEORY OF DISCOURSE ANALYSIS: IMPORTANT DEVELOPMENTS FOR THE UNDERSTANDING OF A TYPE DISCURSIVE

*Luciana Leão BRASIL\**

**Resumo:** O presente artigo aborda uma discussão a respeito da teoria da análise de discurso proposta por Michel Pêcheux, bem como sua relevância para os estudos propostos por Eni Orlandi para a elaboração de uma tipologia discursiva. Nesse trabalho são expostos os princípios, algumas noções e o surgimento desse campo de estudo. A análise de discurso se configura como um “campo de confluência entre a Linguística e as Ciências Sociais” (ORLANDI, 2007, p. 16), onde em uma há a afirmação da imanência da linguagem e, em outra, a transparência da História.

**Abstract:** This paper covers a discussion on the theory of discourse analysis proposed by Michel Pêcheux as well as its relevance to the studies proposed by Eni Orlandi for the elaboration of a typology discursive. In this paper are exposed to the principles, some notions and the emergence of this field of study. The analysis of discourse is shaped like a field of interest between linguistics and social sciences (ORLANDI, 2007, p. 16), where there is a statement in the immanence of language and in another, the transparency of the story.

**Palavras-chave:** Michel Pêcheux; teoria; análise de discurso; tipos de discurso.

**Keywords:** Michel Pêcheux; theory; discourse analysis; typology discursive.

Através das estruturas que lhe são próprias, toda língua está necessariamente em relação com o “não está”, o “não está mais”, o “ainda não está” e o “nunca estará” da percepção imediata; nela se inscreve assim a eficácia omni-histórica da ideologia como tendência incontornável a representar as origens e os fins últimos, o alhures, o além e o invisível (PÊCHEUX, 1990, p.8).

---

\* Mestre em Ciências da Linguagem pela Universidade do Vale do Sapucaí, cidade de cidade de Pouso Alegre, Minas Gerais, Brasil, em 2011. Atualmente é doutoranda em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas-SP, Brasil. Contato: [leobrasil@yahoo.com.br](mailto:leobrasil@yahoo.com.br)

No final dos anos 1960, Michel Pêcheux (1938-1983), então pesquisador da *École Normale Supérieure (ENS – Paris)* propõe a teoria da análise de discurso, na França. Para a proposição de sua teoria, Pêcheux baseou-se em importantes estudos realizados por Canguilhem e Althusser.

Os estudos pêcheuxianos trouxeram uma abordagem distinta ao pensar a Ciência da Linguagem. As discussões sobre língua e linguagem divergiam de seu pensar. Até então o estruturalismo (com a negação do sujeito e da situação) e a gramática gerativa transformacional (GGT), proposta por Noam Chomsky (valor biológico à linguagem) ocupavam um espaço significativo de discussão em relação aos estudos da linguagem.

A análise de discurso surge, então, com a discussão de questões que advogam contra o formalismo hermético da linguagem, questionando a negação da exterioridade.

A linguagem não é mais concebida como apenas um sistema de regras formais com os estudos discursivos. A linguagem é pensada em sua prática, atribuindo valor ao trabalho com o simbólico, com a divisão política dos sentidos, visto que o sentido é movente e instável.

O objeto de apreciação de estudo deixa de ser a frase, e passa a ser o discurso, uma vez que foge da apreciação palavra por palavra na interpretação como uma sequência fechada em si mesma.

A este tempo a publicação da obra *Análise Automática do Discurso* (AAD, 1969, de Michel Pêcheux), bem como a publicação da revista francesa *Langages*, Nº13, interfere decisivamente neste cenário, já que o sujeito, em detrimento do homem, é trazido para o centro de discussão. Não qualquer sujeito, mas um sujeito específico para a análise de discurso: o sujeito do inconsciente, da linguagem, interpelado pela ideologia. Um sujeito descentrado, constituído e atravessado pela linguagem. Eis a contribuição do materialismo, que inclui a relação da ideologia e o inconsciente, para com a teoria de Michel Pêcheux, Paul Henry e Michel Plon, seus demais fundadores.

O que a análise de discurso procura dar a conhecer é o caráter histórico da linguagem, visto que esse campo de estudo é de ruptura, o que implica assim uma gama de reconsiderações no interior do próprio fazer linguístico. A análise de discurso francesa se constitui como uma disciplina de confluência, uma vez que se inscreve em um lugar em que se juntam três regiões de conhecimentos, quais sejam: o

materialismo histórico, como uma teoria das formações sociais, inclui-se então a ideologia; a linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação; e por fim, a teoria do discurso, como determinação histórica dos processos semânticos. Não deixando de lado que todos esses elementos estão permeados por uma teoria não subjetiva do sujeito de ordem psicanalítica, uma vez que o sujeito é afetado pelo inconsciente. Na teoria discursiva, os conceitos de história, língua, ideologia e inconsciente deixam de ter a formulação de origem ganhando novas dimensões e formulações nas redes discursivas. Neste ponto de vista, a análise de discurso jamais seria um instrumento para a explicação simples de textos ou a aplicação modelar de uma teoria. Nessa ótica pêncheuxtiana, o sentido não está claro, óbvio ou transparente, uma vez que é preciso considerar a opacidade da materialidade aí presente e já que o sujeito não estratégico ou origem do dizer.

Diante desses pormenores da “instituição” da análise de discurso verifica-se o espaço do contraditório nessa disciplina de entremeio (ORLANDI, 2008, p. 68), pois a língua tem autonomia relativa e é a entrada para a materialidade do discurso.

Conforme afirma Benveniste (2005, p. 286), no capítulo 21 (Da Subjetividade na Linguagem), é na (e pela) linguagem que o homem se constitui como sujeito, por conta disso a linguagem não se configura em um “utensílio” ao bel-prazer do homem. É a partir de Benveniste que nos é cara a noção de subjetividade com valor linguístico, ou seja, a capacidade do homem de posicionar-se como sujeito. Segundo o autor, o sujeito apropria-se do pronome *eu* para designar a consciência de si. Para Pêcheux (1988), o sujeito do discurso não se pertence, ele se constitui pelo esquecimento daquilo que o determina: significação do fenômeno da interpelação do indivíduo em sujeito do seu próprio discurso. Lembramos aqui o conceito de formação discursiva (FD) como a relação de enunciados com regularidades, em relação à linguagem, mobilizados em assuntos e posições ideológicas na produção do dizer.

O indivíduo é interpelado em sujeito pela identificação com uma formação discursiva dominante, já que o sujeito é sobredeterminado pelos pré-construídos. Pêcheux (1988) chama esse

fenômeno de efeito *Münschausen*<sup>1</sup>. É importante lembrar aqui que o conceito de formação discursiva não é de Pêcheux: a expressão foi uma formulação elaborada por Michel Foucault (2004) e consta em seu livro *Arqueologia do saber*. Para Foucault, um grupo de enunciados está relacionado a um sistema de regras comuns e são determinadas historicamente.

Michel Pêcheux apropria-se da noção de formação discursiva e a ressignifica no campo da análise de discurso. Para a análise de discurso o sujeito é o resultado da relação existente entre história e ideologia. O sujeito, na teoria discursiva, se constitui na relação com o outro, não sendo origem do sentido, está condenado a significar e é atravessado pela incompletude.

O sentido resulta de sua inscrição em uma formação discursiva, já que uma mesma palavra varia de uma formação discursiva para outra, o sentido desliza e define a inserção do sujeito em uma FD ou em outra. Ou nas palavras Orlandi, “a formação discursiva é a projeção da ideologia no dizer” (2012, p.55). A FD é heterogênea no discurso, ela é sempre passível a vir a ser outra, dialoga no discurso, acomoda outras FDs. O “debate” na arena discursiva envolve outros elementos na sua realização. Toda FD remete a uma dada formação ideológica. O sujeito do discurso traz para o debate um grupo de representações individuais a respeito de si mesmo, do interlocutor e do assunto abordado.

A posição-sujeito (PÊCHEUX, 1988) configura-se como um objeto imaginário que ocupa seu espaço no processo discursivo. Desta forma o sujeito não é um, mas comporta distintas posições-sujeito, variantes conforme as formações discursivas e ideológicas em que o sujeito se inscreve, ou seja, faz parte do descentramento do sujeito falar-se em posições-sujeito. O sujeito se constitui em posições-sujeito.

O que é considerado na análise de discurso, enquanto uma teoria materialista, é compreender como os processos discursivos são constituídos, como as formações discursivas se constituem. Essa “aventura teórica”, que representa a análise de discurso, expressão

---

<sup>1</sup> O efeito *Münschausen* ao qual Pêcheux se refere, é uma menção ao imortal Barão de Münschausen, personagem da cultura germânica que “se elevava nos ares puxando-se pelos próprios cabelos” (PÊCHEUX, 2010, p.144). Pêcheux, ao formular esse efeito, refere-se à ilusão do sujeito de pensar-se “como origem do sujeito do discurso” (2010, p. 144).

althusseriana, usada por Denise Maldidier (2003) sobre Michel Pêcheux e sobre a análise de discurso, é relevante para o entendimento de um campo de entremeio entre a linguística e as ciências sociais (ORLANDI, 2007), onde em uma há a afirmação da imanência da linguagem e, em outra, a transparência da história. A língua e a história não são transparentes para o sujeito.

No próximo item abordaremos o conceito de discurso. O navegar nessa aventura teórica requer fôlego para entender as descobertas pêcheuxianas que como bem diz Denise Maldidier, “o pensamento de Pêcheux é um pensamento forte, que produziu questionamentos e deslocamentos: o homem de andaimes suspensos” (2003, p.15). Em Pêcheux verifica-se um pensar teórico concernente a uma abordagem distinta em relação ao conhecimento, nem aplicação ou tampouco instrumento de pesquisa para observar a linguagem e a prática do social em funcionamento. É impossível, afirma Pêcheux, “analisar um discurso como um texto” (2010, p.78). É necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis, a partir de um estado definido das condições de produção<sup>2</sup>, já que a exterioridade é o tecido histórico-social que o constitui.

### **A noção de discurso para Michel Pêcheux**

Pensar a palavra discurso é pensar, inevitavelmente, em política, em discurso político, ou seja, os pronunciamentos praticados por autoridades políticas, cuja fala é perpassada por um vocabulário regular em estilo e forma. Por estarmos falando de um lugar teórico assumidamente de ruptura, que é a análise de discurso, convém que estabeleçamos uma divisa com o que advém do senso comum. A noção de discurso não se configura um consenso entre os pesquisadores. Isto se deve aos diferentes campos de estudo onde esse conceito circula. Exemplo disso é o que acontece em Fairclough (2001).

Segundo esse pensador, o discurso constitui-se de uma prática, não apenas de representação do mundo, mas, sobretudo, de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado. Forma disso é o duelo dialético da linguagem,

---

<sup>2</sup> Constituem a instância verbal de produção do discurso: o contexto histórico-social, os interlocutores, o lugar de onde falam e a imagem que fazem de si, do outro e do referente (BRANDÃO, 2009, p. 105).

concomitante à vida em sociedade, em práticas e temas políticos. Assim sendo cabe à linguagem ser mestra de inúmeros funcionamentos, como manipular a opinião visando o poder. Ao refletir sobre essa ótica, o poder forja uma realidade social ao mesmo passo em que controla, com o uso da linguagem, as práticas discursivas. Na outra mão deste pensar, desta investida temos Widdowson (1995), que formula o discurso enquanto pragmática. A partir do discurso surgiram diferentes formulações advindas de uma base de dados de textos. A língua faria o papel de decodificadora desses dados para a emergência dos sentidos, bem como a configuração do texto e os momentos de fala entre os locutores. O discurso então é palco para a construção do individual, ou melhor, do sujeito individual e não aquele pensado socialmente. Para Widdowson (1995), o sujeito não se constitui nessa sua noção de discurso, mas é integrante da prática do sentido volitivo, da vontade do indivíduo. Mas se por um lado manifesta-se o sujeito estratégico, do outro, o sujeito é afetado por coerções que interferem em seu modo de agir. Em meio a não hegemonia de um conceito para discurso situam-se os estudos de Michel Pêcheux:

O discurso me parece, em Michel Pêcheux, um verdadeiro nó. Não é jamais um objeto primeiro ou empírico. É o lugar teórico em que se intrincam, literalmente, todas as suas grandes questões sobre a língua, a história, o sujeito. A originalidade da aventura teórica do discurso prende-se ao fato que ela se desenvolve no duplo plano do pensamento teórico e do dispositivo da análise de discurso, que é seu instrumento (MALDIDIÉ, 2003, p. 15-16).

Pêcheux era obcecado pelo termo discurso e denunciava a necessidade de ruptura com o caráter essencialmente político para a determinação dessa palavra condenada ao acordo com uma evidência empírica. O discurso é a história na língua. Temos então a tríade língua, sujeito e história na constituição de discurso. Por tratar-se de uma materialidade linguística e histórica, o discurso é o observatório das relações entre língua e ideologia. O discurso é material simbólico, é janela para o estudo do funcionamento dos mecanismos de produção de sentidos, é confronto do simbólico com a ideologia. Ao contrário das considerações de Widdowson (1995), segundo os estudos analíticos, pensar em base de dados de um texto significa analisar o

texto enquanto produto e não enquanto processo discursivo. Para a análise de discurso, os dados não existem em si mesmos uma vez que a concomitância do fato e do acontecimento é necessária para haver significação. O fato nos direciona ao interdiscurso<sup>3</sup>, à memória do dizer, não nos permitindo a queda na armadilha do empirismo, da evidência e do que a história aponta como “natural”, mas sim o encontro com acontecimentos que possibilitam a emergência do discurso. Os efeitos de sentido produzidos no discurso são evidenciados pela história, por efeitos ideológicos, como se os efeitos do discurso fossem já neutros, a priori.

Os processos discursivos desenrolam-se sobre os pilares de leis intrínsecas à língua, portanto não são expressões de um pensamento. Segundo Pêcheux (1988), a discursividade não é a *parole*, definição elaborada por Saussure, ou seja, uma maneira individual “concreta” de habitar a “abstração” da língua, pois não se trata de usar ou realizar uma função pragmática como supõe Widdowson. Mas antes, o processo discursivo pretende recolocar em seu lugar o conceito de fala juntamente com o antropologismo psicologista que este conceito carrega.

Com a análise de discurso temos, a passagem de função (prática) da linguagem para o funcionamento (teoria). A análise de discurso dá a ver o funcionamento da linguagem, do discurso. Nesse ponto de vista, é preciso haver um corte entre teoria e prática, e isso somente é possível “se conseguirmos passar da função para o funcionamento do objeto simbólico” (ORLANDI, 2009, p. 05). Para a autora, uma teoria não subjetiva do sujeito é o elo constitutivo entre o texto e a situação, permitindo assim, para fins de análise, a separação entre prática e teoria. Isto possibilita a compreensão de como um texto funciona na produção de sentidos.

O discurso implica uma exterioridade à língua, pois se presentifica no social, inscreve-se na história. Para Orlandi (2007), discurso não se trata de transmissão de informação (menção à teoria da comunicação). Não é simplesmente um processo linear, onde um fala e o outro assimila, não é sequencial, um fala o outro decodifica a mensagem. Para o analista de discurso, o objeto é o discurso.

---

<sup>3</sup> O interdiscurso se constitui de um conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos (ORLANDI, 2007, p. 33). Isso implica dizer que para que o que falamos faça sentido é necessário que já faça sentido antes.

Nesse ponto, a teoria discursiva nos fala de um sentido dividido, indo além, segundo Pêcheux (1988), discurso é o efeito de sentidos entre locutores. Assim sendo, não há intuito de transmissão de informações tão somente. Nesse processo de interlocução existem sujeitos se constituindo. São sujeitos e são sentidos afetados pela história no funcionamento da língua (gem) e não a língua como um estatuto multifuncional conforme supõe Fairclough (2001). Os efeitos de uma enunciação são múltiplos e diversos, já que o sentido diz e também não diz, pois existem silenciamentos e o *non-sens*:

A Análise de Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando (ORLANDI, 2007, p. 15).

O objeto histórico-ideológico, o discurso, é produzido de maneira social através da língua como base material. Por tratar-se de uma produção social, suas regularidades somente são apreendidas com a análise do processo de sua produção, jamais de seus produtos uma vez mais, pois é dispersão de textos, de sujeitos e de sentidos e seu funcionamento advém da própria noção de linguagem. É no discurso que se observa a determinação histórica dos sentidos, uma vez que não se trata de cronologia e sim da maneira como os sentidos são inscritos na história, como são formulados, constituídos e o modo de sua circulação.

A reflexão sobre discurso necessita de que sejam abordados conceitos que estimulam e fundamentam seu lugar de discussão e sua inter-relação teórica. O discurso se dá também na confluência da teorização de noções importantes à sua compreensão. A fim de entendermos como funcionam os discursos e as delimitações que os caracterizam abordaremos a tipologia discursiva proposta por Eni Orlandi. Para a autora:

Tipo, então, enquanto cristalização de funcionamento discursivo, é “uma configuração de traços formais associados a um efeito de sentido caracterizando a atitude do locutor face a seu discurso e



através desse face ao destinatário” (ORLANDI, *apud* MARANDIN, 2006, p. 131).

Essa definição proposta por Orlandi constrói uma tipologia discursiva como lugar social, como espaço entre o individual e o universal, ou seja, como lugar de confronto, como lugar de debate.

### **Os tipos de discurso**

Conforme Orlandi (2007), podem-se distinguir os discursos principalmente por duas perspectivas: as normas e as instituições nas quais estão filiados. Temos então o discurso científico, o discurso religioso, o discurso político. Ainda assim os discursos filtram-se mais uma vez por estarem atrelados a determinada especialidade e aí temos o discurso biológico, o discurso ecológico etc. É possível desmembrar em inúmeras tipificações quanto à característica de cada discurso naquilo que cada um tem de mais particular. Mas, para a análise de discurso, o que importa é o funcionamento de seu objeto, visto que a tipologia engendra uma cristalização que está no extralinguístico, ou melhor, está no extradiscursivo. Orlandi apresenta-nos uma tipologia do discurso tendo, em seu debruçar teórico, como critério, os modos de funcionamento do discurso observando, por base, os elementos constitutivos de suas condições de produção e suas relações com o modo de produção de sentidos com seus efeitos.

Orlandi distingue assim:

a. Discurso autoritário: aquele em que a polissemia é contida, o referente está apagado pela relação de linguagem que se estabelece e o locutor se coloca como agente exclusivo, apagando também sua relação com o interlocutor;

b. Discurso polêmico: aquele em que a polissemia é controlada, o referente é disputado pelos interlocutores, e estes se mantêm em presença, numa relação tensa de disputa pelos sentidos;

c. Discurso lúdico: aquele em que a polissemia está aberta, o referente está presente como tal, sendo que os interlocutores se expõem aos efeitos dessa presença inteiramente não regulando sua relação com os sentidos (2007, p. 86).

A categorização acima referida, proposta por Orlandi, obedece ao princípio discursivo das determinações, pois se constitui de

propriedades internas ao funcionamento do discurso. Baseia-se então nas relações entre referente, sentidos e sujeitos. O fato dos discursos carregarem a designação lúdica ou autoritária, não implica, na primeira, uma brincadeira do sujeito, nem tampouco obriga a última a valer-se de uma denominação vulgar ou menos validada. A ludicidade autoriza o jogo da linguagem enquanto polissemia com abertura para os gestos de interpretação de cada sujeito. O lúdico não é uma intenção, mas uma prática. Segundo Orlandi (2007), o fator autoritário deve-se à injunção à paráfrase e não a um caráter moralista na interlocução. Torna-se necessário inscrever-se no repetível para se filiar e promover uma formulação já significada, onde o sujeito se identifica, pois sem a repetição não há sentido, muito menos interpretação.

Orlandi (1998) faz uma explanação entre a paráfrase (o mesmo) e a polissemia (o diferente). A paráfrase mostra-se como uma produção dos efeitos de sentido na memória do dizer. Um sempre retorno ao já dito na enunciação de um discurso que pela inscrição na história possibilita a realização e a ancoragem do dizer no interdiscurso. Pertence à ordem da memória discursiva. Por esse lado se há paráfrase é porque existe produtividade na linguagem. Nessa formulação, o sujeito retoma um dizer e o reformula preso à mera variação e série.

Por outro lado, na polissemia há a possibilidade do diferente. A polissemia é da ordem da ruptura, do deslocamento. É lugar do diferente. É espaço da capacidade inventiva da língua, onde o sujeito se movimenta com sua inscrição na história, onde o sentido também tem a ver com a historicidade. A polissemia abre caminhos com seus efeitos de sentido enunciados em processos de (re) significação no contato com o simbólico nos discursos em seus funcionamentos e tipos abrindo espaço para a deriva, o deslizamento de sentido, o sentido outro.

O fator de dominância é constituinte na tipologia proposta por Orlandi. Um discurso não se realiza totalmente como autoritário, lúdico ou polêmico. Há a concomitância dessa tríade. No entanto existe a preponderância de um sobre o outro. O autoritário não funciona em sua homogeneidade, mas articula-se em sua monossemia da mesma maneira que o lúdico em sua polissemia e o polêmico funciona entre a polissemia e a paráfrase.

Orlandi (2007) afirma ainda que o funcionamento do discurso também tem a ver com as relações de exclusão ou inclusão e também com as relações de sustentação, oposição etc. de elementos de um discurso para o outro. O critério da reversibilidade é noção basilar quanto ao tipo de discurso, pois determina o andamento da interlocução.

O grau de reversibilidade irá configurar a posição (não como troca, mas como movimento) de papéis entre os sujeitos em interlocução no discurso. Assim cada discurso “mostra-se” em sua tensão: o lúdico aponta para o jogo, o polêmico aponta para o debate e o autoritário aponta para a ordem.

No acontecimento dos discursos lúdico, autoritário e polêmico a interação se dá via dimensão histórica e social da linguagem ao passo que a polissemia (o diferente) mostra a multiplicidade dos efeitos de sentido. Através dessas formulações destitui-se a estagnação do discurso, ou seja, há uma tendência para determinado tipo.

Mazière (2007, p.13) afirma que o discurso propriamente “não é individual”. Ele é a manifestação atestada de uma sobredeterminação de toda fala individual. Captar o funcionamento do discurso pode nos dizer algo do não visível nessa fala individual atravessada. Passando pelo caminho indivíduo (bio-psico) – sujeito – indivíduo (político-social) proposto por Orlandi (2008, p. 106). Apreende-se isso no processo de individuação numa escuta de um discurso dos sujeitos. Para entender sobre o (s) discurso (s) então é preciso saber sobre os sujeitos. O discurso é o efeito de sentidos entre sujeitos interpelados pela ideologia, chamados por dizeres não apreensíveis no engano da obviedade.

## Referências

BENVENISTE, Emile. *Problemas de Linguística Geral I*. Campinas: Pontes, 2006.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. *Introdução à análise de discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

MALDIDIER, Denise. *A Inquietação do Discurso: (Re) Ler Michel Pêcheux Hoje*. Campinas: Pontes, 2003.

MAZIÈRE, Francine. *A Análise do Discurso: História e Práticas*. São Paulo: Parábola, 2007.

ORLANDI, Eni. *Discurso em Análise: sujeito, sentido, ideologia*. Campinas: Pontes, 2012.

\_\_\_\_\_. *Discurso e Texto*. Campinas: Pontes, 2008.

\_\_\_\_\_. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2007.

\_\_\_\_\_. Paráfrase e Polissemia: a fluidez dos limites do simbólico. *Rua* (Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade). Nº4. Campinas: Editora da Unicamp, 1998, p.09-19.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, Inversões, Deslocamentos. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, n.19. Campinas: Unicamp. 1990, p. 7-24.

\_\_\_\_\_. Análise Automática do Discurso (AAD-1969). In: GADET Françoise; HAK, Tony (Org.). *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. De Eni P. Orlandi. Campinas: Unicamp, 2010. p. 59-158.

\_\_\_\_\_. *Semântica e discurso*. Campinas: Pontes, 1988.

WIDDOWSON, Henry G. *O Ensino de Línguas para a Comunicação*. Campinas: Pontes, 1991.

*Recebido em 10 de novembro de 2010*

*Aceito em 21 de março de 2011*